

LEI MUNICIPAL Nº 463

de 21 de agosto de 2009.

Institui o Programa de Incentivo à Instalação de Rede Trifásica para Investimentos Produtivos.

ADELAR LOCH, Prefeito Municipal de Coronel Pilar,

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no artigo 53, IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta lei institui o Programa de Incentivo à Instalação de Rede Trifásica para Investimentos Produtivos, com a finalidade de fomentar, mediante a concessão de subsídio, a atração de investimentos para o desenvolvimento da produção primária que dependam de acesso à rede elétrica de alta tensão no meio rural.

§ 1º. O incentivo financeiro oferecido pelo Município consiste no subsídio de até 70% (setenta por cento) da Participação Financeira do Consumidor na obra, cuja fração corresponde à parcela de participação do usuário sobre o custo das obras e equipamentos destinados ao atendimento do aumento de carga.

§ 2º. Para os efeitos desta Lei, a Participação Financeira do Consumidor é a definida na Resolução Normativa nº 250, de 26 de fevereiro de 2007, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e devida pelos solicitantes de reforço de energia que não se enquadrem nos termos dos incisos I e II do art. 14 da Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

§ 3º. O subsídio somente será concedido pelo Município se as obras necessárias ao reforço de energia elétrica forem executadas pela própria distribuidora de energia, na forma do art. 3º da Resolução Normativa nº 250/2007 da ANEEL.

§ 4º. A obra de reforço de energia elétrica objeto do subsídio poderá se destinar ao atendimento de uma ou mais propriedades rurais, desde que todos os beneficiários preencham os requisitos do art. 2º.

§ 5º. Poderão se candidatar ao recebimento do subsídio os produtores dispostos a realizar investimentos na propriedade rural, mas que dependem de aumento da carga de energia, que protocolarem o requerimento do benefício junto à Prefeitura Municipal até o dia 21 de dezembro de 2009 e atendam, concomitantemente, a todos os requisitos da presente Lei.

Art. 2º. São condições para a obtenção do incentivo:

- I – regularidade do beneficiário junto à Fazenda Municipal;
- II – inscrição regular como Produtor Rural no Município;

III – encaminhamento prévio e aprovação de todos os trâmites administrativos junto à concessionária de energia elétrica responsável pela obra de aumento de carga;

IV – aprovação do investimento pela Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 3º. O produtor interessado deverá preencher requerimento, conforme Anexo I, e protocolá-lo na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio comprovando o preenchimento dos requisitos dos incisos I, II e III do art. 2º e juntando toda a documentação proveniente do trâmite administrativo junto à concessionária de energia elétrica.

§ 1º. Cabe ao interessado solicitar a obra de reforço junto à distribuidora de energia elétrica junto à concessionária, responsabilizando-se pelo encaminhamento da documentação exigida, pela observância dos prazos e pela adesão aos contratos ou termos de opção frente ao fornecedor.

§ 2º. O subsídio se limita à participação financeira do Município sobre a parcela de responsabilidade do consumidor no custeio da obra, não vinculando o Poder Público ao atendimento de exigências legais ou técnicas frente à distribuidora, cuja observância cabe exclusivamente ao interessado.

§ 3º. Os investimentos do Município serão condicionados à disponibilidade de recurso orçamentário destinado ao custeio do Programa.

§ 4º. A Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio analisará a viabilidade do pedido e, se atendidos os pressupostos, opinará sobre o deferimento ou indeferimento do requerimento, bem como sobre o percentual do subsídio concedido pelo Município, limitado a até 70% sobre a Participação Financeira do Consumidor, conforme § 1º do art. 1º da presente Lei.

§ 5º. Deferido o benefício, o produtor deverá comprovar junto à Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, no prazo de dez dias contados da ciência do deferimento, o pagamento da fração correspondente à sua parte no investimento, cabendo ao Município complementar o restante da Participação Financeira do Consumidor mediante repasse da proporção subsidiada diretamente a concessionária de energia.

§ 6º. A Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio fiscalizará a execução da presente lei, responsabilizando-se pelo controle dos pagamentos e pela realização das vistoriais necessárias.

§ 7º. Ao firmar o requerimento de solicitação do incentivo o interessado declarará expressa ciência dos prazos e finalidades do benefício, bem como das consequências da inobservância dos propósitos do Programa.

Art. 4º. As obras de reforço de energia deverão ser integralmente concluídas, com efetivo início das operações para as quais se destinam, no prazo máximo de 12 (doze) meses contados da disponibilização do subsídio.

Art. 5º. A destinação diversa à finalidade proposta ou o descumprimento dos prazos estabelecidos no artigo anterior implicará no cancelamento do benefício e consequente obrigação de

ressarcimento do valor subsidiado pelo Município, devidamente corrigido na forma da Lei nº 188/2005, bem como na proibição de obtenção de novos auxílios pelo período de 05 (cinco) anos contados da concessão.

Parágrafo Único. Em caso de inadimplência, o valor será inscrito em dívida ativa na forma da Lei Municipal nº 188/2005.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta lei, que terão limite máximo de R\$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais), correrão por dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º. As situações não previstas serão analisadas e decididas pela Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 8º. O incentivo ora estabelecido terá prazo de vigência limitado a 31 de dezembro de 2009, data a partir da qual cessam os efeitos da presente lei.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL PILAR,
AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2009.

ADELAR LOCH
PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Rosa Cristina Rebellatto
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

ANEXO I

**PROGRAMA DE INCENTIVO À INSTALAÇÃO DE REDE TRIFÁSICA PARA INVESTIMENTOS
PRODUTIVOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL PILAR**

Nome do Produtor _____

CPF **nº** _____ **Inscrição** **Estadual** **nº**
477/ _____

Endereço: _____, Coronel
Pilar/RS.

Pelo presente, vem **REQUERER** o subsídio previsto na Lei Municipal nº 463/09, **DECLARANDO** que possui talão de produtor rural em nome próprio, que não apresenta débitos junto à Fazenda Municipal e que está ciente das implicações e obrigações previstas na Lei que dispôs sobre o incentivo, apresentando neste ato também a documentação prevista no inciso III do art. 2º da referida Lei, **ATESTANDO** que a obra de aumento de carga é necessária para viabilizar os seguintes investimentos: _____

—

DECLARO ESTAR CIENTE, AINDA, QUE:

1. A concessão do subsídio depende de aprovação pela Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, que definirá o percentual de participação do Município sobre o valor da Participação Financeira do Consumidor frente à RGE.
2. As obras de reforço de energia deverão ser integralmente concluídas, com efetivo início das operações para as quais se destinam, no prazo máximo de 12 (doze) meses contados da disponibilização do subsídio, caso deferido.
3. Destinação diversa à finalidade proposta ou o descumprimento do prazo implicará no cancelamento do benefício e consequente obrigação de ressarcimento do valor subsidiado, devidamente corrigido, bem como na proibição de obtenção de novos auxílios pelo período de 05 (cinco) anos.

Coronel Pilar, em ____/____/2009.

—

Requerente e declarante